

Pagar uma parte dos juros

por Claudia Safatle
de Brasília

"Estamos estudando o quanto podemos pagar." Com essa declaração, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, admitiu, pela primeira vez, a disposição do governo brasileiro em pagar uma parcela dos juros vencidos — cujos atrasados acumulados desde julho de 1989 totalizam cerca de US\$ 9 bilhões — aos bancos privados, credores do País.

Ontem ela teve duas reuniões prolongadas com o embaixador extraordinário para a negociação da dívida externa, Jório Dauster, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, e o secretário de Política Econômica, Antonio Kandir, para definir os termos da contraproposta que o governo brasileiro fará aos bancos no âmbito do comitê assessor. Essa contra-oferta, porém, só será selada depois

de avalizada pelo presidente Collor de Mello, que volta do Japão na próxima quinta-feira. Foi, portanto, adiado o retorno de Daus-ter a Nova York, anteriormente previsto para hoje.

O montante pleiteado pelos bancos, a título de pagamento de uma parte dos juros atrasados, resultaria num desembolso da ordem de US\$ 2,4 bilhões. "Um volume muito alto se comparado com as reservas cambiais do Brasil e levando em conta a incerteza quanto ao desfecho da crise no golfo Pérsico", ponderou o embaixador. Para ele, porém, representou um avanço importante o fato de os bancos credores apresentarem uma cifra na mesa de negociações e, mais, acenarem com a capitalização dos juros atrasados que não serão pagos agora.

"Qualquer contraproposta que venhamos a fazer tem de ser consistente com os princípios de man-

ter um certo nível de reservas cambiais, ser consistente com a nossa capacidade de pagamento, não gerar inflação e não exercer pressões sobre as contas do Tesouro Nacional", enumerou a ministra da Economia.

Ela condicionou esse pagamento parcial à negociação global do estoque da dívida, procurando, assim, retomar o cerne da proposta de reestruturação da dívida externa, feita na primeira quinzena de outubro último aos credores privados, que é dar a essa rodada de negociação um caráter definitivo. Assim, "o pagamento dos juros atrasados não está afastado, desde que obedeça a esses dois critérios, a nossa capacidade de pagamento e uma negociação global da dívida", sublinhou a ministra da Economia.

Outras vinculações estariam sendo colocadas no centro da discussão da

equipe econômica, que a ministra não citou. Uma delas refere-se à manutenção de um patamar mínimo de reservas internacionais — entre cinco meses de importações (como dimensionam alguns assessores da ministra) ou quatro meses de importações (como fixa o projeto de resolução do Senado Federal, que ainda não foi votado, mas que estabelece parâmetros para a negociação externa). Outra questão seria amarrar esse pagamento de atrasados a uma aprovação do acordo "stand-by" junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Havendo esse acordo, seria possível o Fundo liberar a primeira "tranche" de US\$ 500 milhões do empréstimo total de cerca de US\$ 2 bilhões, ainda neste ano, de maneira a compor uma parcela dos pagamentos. "Se houver um acordo com o FMI, o desembolso dos recursos será incluído na capacidade de pagamento do País", lembrou a ministra Zélia.

Além de definir quanto pagar, a equipe econômica está discutindo como pagar. Ou seja, como viabilizar alguns ganhos no processo da negociação a partir desse primeiro desembolso aos bancos credores. O fato de o comitê assessor ter feito uma contraproposta que envolve a capitalização de uma importante parcela dos atrasados "e ter aceito discutir os números da nossa capacidade de pagamento é um grande avanço. Mostra que houve certa aceitação desse princípio", avaliou a ministra.

De qualquer maneira, o ponto mais importante, agora, é manter o processo de negociação em curso.